**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO**

**ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER**

**DESTERRO E SILVA, NA 38ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO DESTERRO E SILVA**.

**PROCESSO Nº 013574/2022 –** Requerimento de Licença para Tratamento de Saúde, tendo como

interessada a Excelentíssima Senhora Procuradora de Contas, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 429/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela Procuradora **Elizângela Lima Costa Marinho,** referente

à concessão de Licença para Tratamento de Saúde por 10 (dez) dias, a contar de 19/10/2022; **9.2.**

**DETERMINAR** à Diretoria de Recursos Humanos que providencie o registro da referida licença médica

pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI, da Resolução

nº 04/2002 - TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o cumprimento dos procedimentos acima

citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 013465/2022 –** Requerimento de Licença para Tratamento de Saúde, tendo como

interessada a Excelentíssima Senhora Procuradora de Contas, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 430/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela Procuradora **Elizângela Lima Costa Marinho,** referente

à concessão de Licença para Tratamento de Saúde por 04 (quatro) dias, a contar de 15/10/2022; **9.2.**

**DETERMINAR** à Diretoria de Recursos Humanos que providencie o registro da referida licença médica

pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI, da Resolução

nº 04/2002-TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o cumprimento dos procedimentos acima

citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 011480/2022 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição, tendo como

interessada a servidora Odejanice Made Santiago.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 431/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR PARCIALMENTE** o pedido da servidora **Odejanice Made Santiago**, Auditora

Técnica de Controle Externo, matrícula n.º 0013978A, de modo a deferir a averbação de **4.331 (quatro**

**mil, trezentos e trinta e um) dias, ou seja 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 16 (dezesseis) dias** de

tempo de serviço e contribuição; **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** a adoção de

providências para

a

averbação do Tempo de Contribuição no assentamento funcional da

servidora **Odejanice Made Santiago.** Comunique à interessada que, após o trânsito em julgado do acórdão

resultante da **ADI n ° 4004359-44.2017.8.04.0000,** apresente novo pedido de reestabelecimento do

pagamento de seu ATS; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 008723/2022 –** Solicitação de Concessão da Licença Especial, referente ao quinquênio

2017/2022, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Flavio

Antônio Caldas Rebello.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 432/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Flavio Antônio Caldas Rebello,** Assistente de Controle

Externo C, Classe “D”, Nível “II”, lotado na Diretoria de Controle Externo da Administração do Município de

Manaus – DICAMM, matricula nº 000.464–2A, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses,

bem como a conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio**

**2**

**017/2022**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º,

inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e

de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da

Licença Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença

especial não gozada, referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser

disponibilizado pela DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de

Indenização de Licença Especial **n. 041/2022 - DIPREFO** ([0319126](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=366591&id_procedimento_atual=328415&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=2272170c1f6600b7b031d3a6c160ba2c7d590887b7e753760b276ccc27f22eb1)); **c)** Em seguida, encaminhe o caderno

processual à DIORF para pagamento das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro.

**9**

**.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 010815/2022 –** Solicitação de Licença Especial, referente ao quinquênio 2017/2022, bem

como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Elson Lima Muniz.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 433/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Elson Lima Muniz**, Auditor Técnico de Controle Externo -

Ministério Público, matrícula nº 0028002A, lotado no Gabinete da 2ª Procuradoria de Contas, quanto à

licença especial de três meses, referente ao quinquênio 2017/2022, e sua conversão em pecúnia de caráter

indenizatório, nos termos do art. 78 da Lei estadual nº 1.762/1986 combinado com o art. 6º, V, da Lei

estadual nº 3.138/2007, vedados os descontos de imposto de renda e de caráter previdenciário, bem como

o respectivo registro em seus assentos funcionais; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o

registro da concessão da Licença Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária,

em razão da licença especial não gozada, referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma

financeiro a ser disponibilizado pela DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme

Cálculo de Indenização de Licença Especial nº 047/2022/DIPREFO ([0319064](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=366524&id_procedimento_atual=346594&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=f91d16d3589839161551de5b242fe36878ef674ad5659d6bd6b8b1152fa62b6c)); **c)** Em seguida, encaminhe o

caderno processual à DIORF para pagamento das verbas indenizatórias em observância ao cronograma

financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 012075/2022 –** Requerimento de Exoneração de Cargo Efetivo, cumulada com emissão de

Certidão de Tempo de Contribuição e pagamento de verbas indenizatórias, tendo como interessado o Sr.

Allan Felipe da Silva Lima.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 434/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do senhor **Allan Felipe da Silva Lima**, Auditor Técnico de Controle

Externo desta Corte de Contas, matrícula 003.667-6A, quanto

à

sua exoneração; **9.2.**

**DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** a adoção de providências para: a) Exonerar o servidor,

nos termos do art. 102, IV, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 29, V, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, a contar

de **19/09/2022**, devendo essa Diretoria adotar as demais providências cabíveis; b) Emitir a Certidão de

Tempo de Contribuição por exercício de cargo neste TCE/AM; c) Adotar as providências para instrução

quanto ao pagamento das verbas indenizatórias.

**PROCESSO Nº 007647/2022 –** Requerimento de Redução de Carga Horária de Trabalho, tendo como

interessado o servidor Thiago Fellipe de Lima Ribeiro.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 435/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima



identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Thiago Fellipe de Lima Ribeiro**, Assessor de Auditor,

Matrícula nº 0015644B, lotado no Gabinete do Auditor Mário Filho, quanto à redução de **carga horária em**

**2**

**(duas) horas, sem qualquer diminuição de sua remuneração mensal**, com base no art. 1º da Lei nº

100/2011 c/c o art. 107 da Lei Promulgada nº 241/2015, **com a manutenção de sua adesão ao Programa**

**de Produtividade deste Tribunal**, condicionada ao cumprimento integral de todos os critérios, incluindo

carga horária adicional, produção individual e setorial de processos, conforme Portaria nº 695/2022; **9.2.**

**DETERMINAR** à Diretoria de Recursos Humanos que proceda com os devidos registros e adote as demais

providências cabíveis; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 012568/2022 –** Requerimento de Pagamento de parcelas retroativas de pensão por morte,

com os devidos juros e correções monetárias, tendo como interessada a Sra. Maria de Fátima Corrêa

Nazareth.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 436/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela **Sra. Maria de Fátima Corrêa Nazareth**, cônjuge

supérstite do servidor aposentado, **Sr. José Francisco de Oliveira Nazareth**, quanto ao pagamento

retroativo decorrente de sua pensão por morte, relativo aos meses de março, abril e maio de 2022, com os

devidos juros e correções monetárias, ademais que se retifique a Portaria nº 272/2022-GPDRH, alterando o

fundamento de sua pensão para o art. 33, I da Lei Complementar nº 30/2001; **9.2. DETERMINAR** à DRH

que adote as providências cabíveis para retificação da Portaria, bem como àquelas junto ao Fundo

Previdenciário - AMAZONPREV para fins de pagamento retroativo da pensão da Requerente, concedida a

contar da data do óbito do segurado, qual seja: 24/02/2022; **9.3.** Por fim, após o cumprimento dos itens

acima, **ARQUIVAR** os autos.

**PROCESSO Nº 009393/2021 -** Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Tribunal de Contas do

Estado do Amazonas, o Ministério Público do Estado do Amazonas e a Procuradoria Regional Eleitoral.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 437/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12,

inciso I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **Setin e Consultec**, no sentido de:

**9**

**.1. Autorizar** a celebração do **Acordo de Cooperação Técnica** a ser firmado entre o **Tribunal de Contas**

**do Estado do Amazonas**, o **Ministério Público do Estado do Amazonas** e a **Procuradoria Regional**

**Eleitoral**; **9.2. Determinar** à **SEGER** que adote as providências necessárias junto à Presidência para a

assinatura do Acordo, que efetue a publicação do extrato do presente ajuste no Diário Oficial do Estado, nos

termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993 e que comunique aos interessados para efetiva

celebração do acordo; **9.3.** Em seguida, junto aos setores competentes, **adotar** as medidas pertinentes à

implementação dos objetivos do ajuste.

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 29 de maio de 2023.

**Mirtyl Levy Júnior**

Secretário do Tribunal Pleno

